ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS DO PARANÁ CERMA/PR

28/07/2026

No dia vinte e oito do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 14h00, em formato Híbrido, na Sala de Situação Hauer, Rua Frederico Maurer, 617 – Hauer, Curitiba – PR 81630-020, através de videoconferência, com acesso pelo link encaminhado na convocatória, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais: Secretaria de Justiça e Cidadania:** Suplente: Francieli Jacomel; **Secretaria de Estado da Segurança Publica - (SESP):** Suplente - Vaneska Calixto da Costa; **Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – (SETR)**: Titular: Matheus José Gonçalez da Silva; **Secretaria Secretaria de da Educação (SEED):** Suplente - Gisele Cristina Carneiro; **Secretaria Secretaria de Estado da Secretaria Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – (SETI):** Titular - Lenir Aparecida Mainardes da Silva; **Casa Civil:** Suplente - Allan do Santos; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família **(SEDEF):** Jociane Juliana Lino e Silva; **Conselheiros da Sociedade Civil: Ação Social Irmandade Sem Fronteiras:** Titular - Rockmillys Basante; Suplente – Aieda Muhieddine; **Instituto Brasileiro de Apoio Étnico Raciais – (IBASER):** Titular - Mário Igor Shimura Suplente – Sérgio Eduardo Menezes Silva; **Associação Para a Solidariedade dos Haitianos (ASHBRA): Suplente:** - Bibinson Celissant; **Associação Feminny:** Titular - Christiane Pereira; **Associação Batista Paranaense (ASBP):** Titular – Silvana Constanski Santos Monteiro; **Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes:** Titular – Sales Conceição de Melo Nogueira; **Entidades Titulares Interior: Cáritas Arquidiocesana de Londrina:** Suplente – Fabricia Lais Pigaiani; **Cáritas Arquidiocesana de Palmas:** Titular – Rosane Aparecida da Silva Pereira; **Demais participantes da R eunião – Colaboradores (as)/Convidados (os):** Jesus Alberto Leon (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU); Louise Rocha Raymundo (OIM); Márcia Daniela Brunet (Casa Civil); Stheffanny (Ministério Público); Gabriel (Associação de Migrantes e Refugiados - RS) . **1. Justificativas de Ausência: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU):** Gilberto Antonio de Souza Filho. **Secretaria de Estado da Saúde (SESA):** Lucimar Pasini Godoy **2. Abertura :** A princípio, Jesus Alberto Leon (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) saudou todos (as) e deu início à chamada nominal para registro em Ata Logo após deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). **3. Aprovação de Pauta:** Jesus Alberto Leon (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) questionou os(as) Conselheiros(as) acerca do recebimento da pauta encaminhada previamente por correio eletrônico, bem como sobre a existência de eventuais inclusões de pauta. A Conselheira Christiane (Feminny) pediu para incluir uma pauta sobre as denuncias referentes a Presidente.

Palácio das Araucárias | Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n | Centro Cívico | 80530-915 | Curitiba/PR
www.justica.pr.gov.br

Jesus Alberto Leon (UTSC/SEJU) informou que nessa reunião utilizará a votação nominal, justificando que essa medida é para evitar a repetição de pautas já discutidas anteriormente com a justificativa de não lembrar de ter votado, sendo assim, foi aprovada sem ressalvas. **4. Aprovação da Ata :** Jesus Alberto Leon (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) colocou a Pauta em aprovação sem ressalvas, aprovada. **5. Informes Gerais;** Conselheiro Sérgio (IBASER) iniciou sua fala agradecendo aos representantes da Associação dos Haitianos (ASHBRA) , Bibinson e Laurette. Informou que realizou, em conjunto com a referida associação, uma visita ao CAPS Boa Vista para prestar apoio e acolhimento humanizado em idioma crioulo a um cidadão haitiano em surto psicológico, visando também orientar e tranquilizar a equipe técnica local. Relatou que ocorrências desse tipo têm sido frequentes nos equipamentos de saúde e de assistência social, citando ainda o recebimento de diversas reclamações de famílias haitianas referentes à atuação do Conselho Tutelar na retirada de crianças. Enfatizou que, devido às particularidades culturais da comunidade haitiana em comparação a outros grupos migrantes, faz-se necessário incitar a reflexão do Conselho sobre o tema. Por fim, propôs a criação de uma capacitação voltada aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento à população migrante, com foco nas especificidades dos cidadãos haitianos. Com a palavra Stefany (MP) iniciou sua fala integrando seu informe à contribuição trazida anteriormente pelo conselheiro Sérgio. Apresentou os resultados do projeto "MP de Portas Abertas", promovido pelo Ministério Público, destacando a construção de uma capacitação sobre a temática da migração voltada ao público interno do órgão — abrangendo servidores, promotores de justiça e estagiários. Explicou que tal iniciativa contou com contribuições de universidades, migrantes e refugiados, além de uma parceria com a Superintendência da Cidadania de São José dos Pinhais, intermediada por Laurette. Detalhou que haverá uma capacitação direcionada aos servidores municipais, dividida em etapas: primeiramente focada nas áreas de assistência social e saúde, e, sequencialmente, nas áreas de educação e direitos da criança e do adolescente, atendendo a conselheiros tutelares e coordenações escolares. Ressaltou que a metodologia e o programa foram elaborados em conjunto com movimentos sociais, estudantes e migrantes. Por fim, propôs ao CERMA a construção conjunta dessas capacitações, colocando a metodologia e os resultados à disposição do órgão, bem como disponibilizando o apoio do Ministério Público aos municípios e movimentos que desejarem realizar essa intervenção. Com a palavra Louise (OIM) reforçou o convite para o Seminário de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a ser realizado na quinta-feira subsequente na sede da OAB, ressaltando que o evento motivou a alteração da data da presente reunião do CERMA. Informou que o seminário é organizado pela Secretaria de Justiça, com apoio da OAB, da OIM e de outros órgãos do Sistema de Justiça, e comunicou ter enviado o convite geral e a programação no grupo do Conselho para ampla divulgação. Destacou a presença confirmada de palestrantes como Caio Serra, especialista em tráfico de pessoas da OIM vindo de Brasília, e Paulo Teixeira, representante da ABIN. Pontuou que a OIM e a ABIN lançaram no início do ano uma publicação conjunta sobre tráfico de pessoas e contrabando de migrantes no Brasil sob a perspectiva da inteligência, reiterando a

Palácio das Araucárias | Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n | Centro Cívico | 80530-915 | Curitiba/PR
www.justica.pr.gov.br

importância do tema e incentivando a participação dos membros e de suas respectivas equipes. Com a palavra a suplente Aieda (Irmandade Sem Fronteiras) reforçou o convite para a ação promovida no dia 15 de agosto, na qual a advocacia e diversos parceiros prestarão serviços públicos à população geral e migrante, solicitando permissão para divulgar o evento no grupo do Whatsapp do CERMA. Informou a participação confirmada de secretarias municipais da Prefeitura, da Polícia Federal — para orientações sobre procedimentos e fluxos do Ministério da Justiça —, e da Polícia Civil, com emissão de carteiras de identidade. Mencionou que a Irmandade Sem Fronteiras atuará na regularização migratória e na elaboração de Solicitações de Acolhimento e Proteção (PADF), juntamente com a Agência do Migrante, além de ações de empregabilidade em parceria com a OIM. Destacou o apoio da Universidade Federal do Paraná (UFPR) na orientação sobre revalidação de diplomas e o acompanhamento do conselheiro Mário Igor, da Fraternidade Sem Fronteiras, na abordagem contra a discriminação e a xenofobia. Por fim, indicou a intenção de contar com a Secretaria de Estado da Educação (SEED) para orientações sobre revalidação do ensino médio e solicitou o apoio de todos na divulgação ampla do evento. Com a palavra Jesus (UTSC) fez os informes da Secretaria Executiva do CERMA. O primeiro é sobre a nota técnica sobre o Plano da Criança e Adolescente feito pela SEDEF a qual retomou uma deliberação do CERMA sobre o atendimento a crianças desacompanhadas, atribuindo ao Conselho o papel de monitorar e avaliar a execução dessa diretriz pelos serviços estaduais. Informou que, após a aprovação do documento, este será distribuído a todos os conselheiros. Também comunicou que será enviado um formulário aos membros do CERMA e de outros conselhos antes da próxima reunião, com o objetivo de mapear as dificuldades enfrentadas no cotidiano das instâncias e colher sugestões para o aprimoramento do seu funcionamento. Por fim, fez menção ao informe referente à renúncia da diretoria do IBASER, abrindo a palavra ao representante da instituição para os devidos esclarecimentos. Com a palavra para o esclarecimento Mário Igor (IBASER) relembrou que, na reunião anterior, o IBASER já havia anunciado a alteração de titularidade — com a formalização do conselheiro Sérgio como titular e de si próprio como suplente — devido às suas atribuições acadêmicas e docentes na PUC. Informou que, devido ao aumento significativo dos atendimentos de campo e da gestão dos 14 projetos em andamento pelo instituto, a entidade compreendeu que não teria a disponibilidade de agenda necessária para o correto cumprimento das atribuições do cargo. Por esse motivo, formalizou a renúncia da instituição à participação na Mesa Diretora do CERMA, visando abrir espaço para que outros membros com maior disponibilidade possam assumir a função. Com a renúncia, a presidente Rockymilles (Irmandade Sem Fronteiras) propôs para que a conselheira Laurette fosse indicada para a Mesa Diretora. Com a palavra o conselheiro Sérgio (IBASER) levantou a questão sobre a possibilidade de não ser realizada nessa reunião a escolha, sendo feita através do grupo do Whatsapp, antes da próxima reunião, a qual foi acatada pelo Pleno. Com a palavra Aline (UTSC) que prestou esclarecimentos a respeito do custeio para a participação de membros do Conselho em capacitação promovida pela OIM em Florianópolis. Informou que os custos de deslocamento da conselheira Rockmillys,

Palácio das Araucárias | Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n | Centro Cívico | 80530-915 | Curitiba/PR
www.justica.pr.gov.br

presidenta do CERMA, serão integralmente cobertos pela OIM, conforme previamente deliberado e registrado em ata na reunião de junho. Esclareceu que a secretaria não dispõe de orçamento suplementar para o financiamento da viagem de outros membros, em razão do planejamento financeiro aprovado até 2027. Diante disso, acolheu-se a sugestão da Talita (OIM) para que cada secretaria de governo custeie a participação de seu respetivo representante, mencionando que a Secretaria de Educação justificou indisponibilidade de agenda, enquanto representações como a da Secretaria de Estado da Assistência Social e a conselheira Lenir demonstraram interesse e buscam viabilizar os recursos. Recomendou-se assim que eventuais propostas de viagens futuras sejam enviadas com antecedência para inclusão no planejamento orçamentário do próximo ano. Com a palavra a presidente Rockymillys questionou a UTSC sobre a solicitação feita na ultima reunião sobre a possibilidade da SEJU custear a ida de conselheiros da sociedade civil ao evento da OIM, considerando que muitas não dispõem de recursos suficientes para isso e a importância da formação realizada pela OIM para tais organizações. Aline (UTSC) faz um esclarecimento falando que, apesar de ser da vontade da Secretaria que o máximo de conselheiros possam ir, esses custos não estavam previstos no planejamento do ano, dificultando o custeio do translado e estadia de conselheiros em um evento de dois dias. A secretaria esta vendo a possibilidade de talvez ir um conselheiro que trabalhe com documentação, mas não é garantido. Assim, Aline destaca a importância de prever eventos no planejamento anual, colocando, pelo menos dois eventos contemplando conselheiros, tornando mais viável. Com a palavra, Louise (OIM) diz que se tiver algum conselheiro da sociedade civil com interesse e disponibilidade de ir mas não tem recursos para isso que fale com a OIM para tentar organizar. Com a palavra, Jesus (UTSC) informou sobre a ausência da Embaixada Solidária em mais de três reuniões sem justificativa, assim, de acordo com o Regimento o primeiro passo seria notificar a organização para que pudesse justificar suas ausências, caso não aja resposta, seria realizado a troca pela organização suplente, passando para a Mesa Diretora. Com a palavra, a presidente Rockymillys (Irmandade Sem Fronteiras) ratifica que essa fala não veio sem prévia comunicação com a conselheira Edna (Embaixada Solidária) porém isso deve ser cumprido de acordo com o Regimento Interno, apesar de entender muitas vezes a sobrecarga de responsabilidades e projetos que podem gerar uma correria muito grande. Também ressaltou ciência em relação a acontecimentos horríveis dentro da sua instituição. Continuando, a presidente iniciou seu informe fazendo um relato emocionado sobre os impactos do duplo terremoto ocorrido na Venezuela há cerca de um mês. Destacou a gravidade da crise humanitária e sanitária no país vizinho — citando o risco de contaminação ambiental, a busca por água potável e o desaparecimento de centenas de crianças. Reconheceu a atuação das forças oficiais do governo brasileiro, como o envio de bombeiros e da Defesa Civil pelo Estado do Paraná e a instalação do hospital de campanha pelo Governo Federal. Relatou que, ao longo dos últimos 24 dias, lideranças migrantes e voluntários organizaram uma grande força-tarefa em Piraquara, trabalhando em jornadas intensas e pernoitando no local para viabilizar a triagem de doações. Essa mobilização resultou na arrecadação,

Palácio das Araucárias | Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n | Centro Cívico | 80530-915 | Curitiba/PR
www.justica.pr.gov.br

classificação, embalagem e inventário de mais de 200 toneladas de insumos (médicos, de higiene, limpeza e alimentação) provenientes de doações recolhidas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Manifestou sua profunda tristeza e preocupação com a falta de suporte institucional e de acompanhamento por parte do CERMA e da Secretaria de Estado da Justiça durante todo o processo. Destacou que enviou solicitações oficiais à Casa Civil e aos órgãos estaduais desde o dia 26 de junho — inclusive solicitando iluminação simbólica no Palácio Iguaçu —, sem obter retorno efetivo. Pontuou que os únicos contatos recebidos questionavam a necessidade da ação ou a viabilidade do envio, enquanto a OIM (por meio de Talita e Eduardo) e a PADF (por meio de Soraya e Klaus) foram as únicas instituições que compareceram ou buscaram auxiliar na logística de envio. Explicou que a assunção dessa responsabilidade pela Irmandade Sem Fronteiras e por lideranças migrantes foi inevitável diante do apelo da sociedade civil, comparando o engajamento atual ao apoio prestado anteriormente pelos migrantes durante as enchentes no Rio Grande do Sul. Agradeceu às parcerias privadas, às empresas de logística (como Praia Envio e Latin Viaje), à Associação Evangélica do Brasil (Pastor Daniel), aos voluntários e à coordenação geral de Marianela, do Instituto INMI, na gestão do galpão em Piraquara. Por fim, ressaltou que sua intervenção não tinha o intuito de vitimização, briga ou disputa individual, mas sim de provocar uma reflexão e conscientização sobre o verdadeiro papel do conselheiro e do CERMA. Reforçou que a acolhida humanitária exige união de todos os atores institucionais e comunitários, passando a palavra ao convidado Gabriel, representante do Rio Grande do Sul. Com a palavras, Gabriel (Associação de Migrantes e Refugiados - RS) iniciou sua fala agradecendo o convite para representar o Rio Grande do Sul e prestou apoio às declarações da presidenta Rockymilles, destacando a sensibilidade do momento vivido pela Venezuela. Recordou que a comunidade migrante já havia se unido anteriormente para ajudar o povo brasileiro durante as enchentes no território gaúcho e informou que, na atual mobilização, foram arrecadadas 73 toneladas de doações no Rio Grande do Sul — vindas de 26 municípios e centralizadas em Canoas —, enviadas a Curitiba com o suporte da Defesa Civil e da Secretaria de Justiça daquele Estado. Relatou o esforço físico e logístico das equipes de voluntários, compostas por poucas pessoas, que atuaram tanto na coleta quanto na triagem e classificação das doações em Piraquara, pernoitando no local. Destacou e agradeceu o apoio de lideranças religiosas e caravanas de voluntários enviadas por igrejas, o que permitiu avançar significativamente na preparação dos mantimentos. Lamentou a falta de suporte, contato direto e empatia institucional para com a presidenta do CERMA durante o processo, ressaltando que o acolhimento e a atenção humana devem se sobrepor às formalidades burocráticas. Por fim, reforçou a importância do propósito humanitário da ação, garantindo que os mantimentos chegarão ao seu destino, e alertou o Conselho sobre a necessidade de preparação conjunta para o provável aumento nos fluxos migratórios. Com a palavra a presidente Rockymillys (Irmandade Sem Fronteiras) complementou seu informe prestando um agradecimento público e reconhecimento individual aos colaboradores Osmar e Osmari, da equipe da Irmandade Sem Fronteiras, pelo esforço físico na descarga dos caminhões de doações. Relatou as

dificuldades pessoais enfrentadas durante a força-tarefa, destacando que atua com fibromialgia, e reiterou que sua postura visa apontar falhas para o aprimoramento coletivo, e não gerar conflitos no Conselho. Informou que as incertezas iniciais sobre a logística de envio das doações à Venezuela foram superadas, contando atualmente com quatro alternativas de transporte aéreo viabilizadas. Expressou sua gratidão aos venezuelanos, ao representante Cañanga e à comunidade africana e afrodescendente do Rio Grande do Sul, além das empresas privadas parceiras. Por fim, reforçou sua confiança na melhoria das ações humanitárias e na capacidade de evolução das instituições. Com a palavra, A conselheira Christiane (Feminny) discordou da fala da presidenta Rockymilles sobre a falta de apoio dos conselheiros. Ela afirmou que a sua instituição e os demais membros sempre estiveram dispostos a ajudar, mas ressaltou que a ação foi tocada por uma única entidade, sem chamar os conselheiros para organizar o apoio em conjunto. Pontuou que uma ação desse tamanho exige planejamento e tem uma logística cara e complicada para o envio dos mantimentos. Ela explicou que o Conselho não foi chamado para uma reunião extraordinária para entender a situação e ajudar, sabendo do assunto apenas por vídeos na internet. Por fim, sugeriu que, caso o transporte para a Venezuela não seja possível por conta dos custos ou da logística, as doações sejam entregues às pessoas carentes do próprio Paraná e de Curitiba. Com a palavra, O conselheiro Sales (ASSM) fez um alerta sobre o uso da palavra "sensibilidade", pontuando que o termo pode soar pesado por sugerir indiferença dos conselheiros e das entidades frente à pauta migratória. Ressaltou que a congregação religiosa que representa atua com migrantes em cinco continentes, incluindo presença direta na Venezuela e na fronteira, e citou o envio de aviões e caminhões com mantimentos encaminhados a partir de São Paulo pela Missão Paz. Destacou que a atuação da sua instituição é constante e atende de 70 a 90 famílias migrantes por mês — entre venezuelanos, cubanos e outras nacionalidades — com a distribuição de cestas básicas em Curitiba, mantendo uma estrutura organizada para essa demanda. Por fim, reforçou que, para sua entidade, a causa migratória é um compromisso de vida e missão, pedindo mais cuidado ao direcionar críticas de insensibilidade a instituições que trabalham diariamente com o tema. Com a palavra, a presidente Rockymilles (Irmandade Sem Fronteiras) esclareceu que limitações de idioma em português podem gerar interpretações equivocadas de suas palavras, reconhecendo o trabalho realizado por organizações como Missão Paz, Casa Venezuela, SPRE e Cáritas. Ressaltou a diferença de estrutura entre entidades internacionais consolidadas e instituições em fase inicial. Em resposta à conselheira Christiane (Feminny), afirmou ter enviado informações ao grupo do CERMA desde o dia 26 e destacou que a comunicação deve ser de via dupla, cabendo também aos membros a iniciativa de acompanhar os contextos. Por fim, informou que as questões logísticas para o envio dos mantimentos foram resolvidas com o suporte da Igreja Evangélica e a garantia de transporte aéreo, estando mais de metade dos insumos já embalados e inventariados. A conselheira Silvana (ASBP) pediu a palavra para relatar sua trajetória no Conselho, destacando que, desde que assumiu a cadeira, tem se dedicado a fazer cursos e a aprender sobre a pauta para capacitar sua equipe e atender os imigrantes da melhor forma,

recorrendo aos conselheiros Igor e Sérgio para esclarecer dúvidas. Respeitosamente, ponderou que a cobrança feita pela presidenta pareceu deslocada do papel do Conselho. Explicou que a arrecadação de doações para a Venezuela e o desafio de sua logística de envio constituem uma questão particular da sociedade civil e da própria Irmandade Sem Fronteiras. Exemplificou com a experiência da Convenção Batista, que criou a "Brigada Batista" e orienta a doação de recursos financeiros em situações de catástrofe, por serem de envio imediato, evitando campanhas de doação física de alimentos e roupas que podem se tornar inviáveis por entraves de transporte. Enfatizou que o papel dos conselheiros da sociedade civil na mesa do CERMA é trabalhar em consenso na defesa de direitos e fiscalização de políticas públicas e leis, e não defender necessidades de suas próprias organizações. Ressaltou que o Estado e a Secretaria de Justiça atuaram no caso conforme noticiado e que cada entidade presente cumpriu sua parte à sua maneira. Por fim, sugeriu que o plenário discuta, em um momento futuro, qual é o papel exato do CERMA e de cada organização diante de emergências e catástrofes naturais. Com a palavra, a presidenta Rockymilles pontuou que suas colocações foram mal interpretadas, atribuindo o mal-entendido às suas limitações com o idioma português. Reiterou que iniciou sua intervenção agradecendo ao Governo do Paraná pelo envio de bombeiros e da Defesa Civil e ao Governo Federal pela ajuda prestada à Venezuela. Esclareceu que a arrecadação não foi uma demanda iniciada por sua vontade, mas uma responsabilidade imposta pela própria sociedade civil do Sul do Brasil durante a reunião do mês anterior. Ressaltou que a Irmandade Sem Fronteiras é uma entidade pequena se comparada a estruturas como a Associação Batista e a Igreja Católica. Por fim, reforçou que não fez cobranças particulares para a sua instituição. A conselheira Christiane (Feminny) interveio para reforçar o posicionamento da conselheira Silvana, afirmando que a interpretação das falas no plenário foi clara e não decorreu de barreiras de idioma. Explicou que a insatisfação gerada se deve ao fato de a mobilização ter sido conduzida como uma ação particular e exclusiva da Irmandade Sem Fronteiras, tornando difícil para os demais membros associá-la diretamente a uma iniciativa do CERMA. Reiterou que, para que uma campanha dessa natureza seja assumida ou articulada institucionalmente pelo Conselho, é necessário haver uma dinâmica própria e todo um processo formal de integração, o que não ocorreu no caso em questão. A presidenta Rockymilles interveio para acalmar os ânimos no plenário e dar por encerrado o debate sobre as doações, agradecendo as manifestações e ponderações enviadas pelos conselheiros. Reconheceu que cada instituição — seja governamental, religiosa, da sociedade civil ou de cooperação internacional — possui suas próprias realidades e desafios específicos no cotidiano da pauta migratória. Reforçou o entendimento trazido de que o papel do CERMA é fiscalizar, monitorar e acompanhar a execução dos planos e políticas públicas migratórias no Estado do Paraná. Lembrou à conselheira Silvana sobre o informe prévio da secretaria a respeito da aplicação de um formulário de diagnóstico para mapear dúvidas e aprimorar a atuação e o funcionamento interno do Conselho. Por fim, destacou que o plenário é um espaço democrático composto por nove representantes da sociedade civil e nove do Poder Público estadual para debate, recomendação e fiscalização. Pediu tranquilidade aos

membros e deu o assunto por esclarecido para dar prosseguimento à pauta da reunião. **6. Denuncias contra a presidente Rockymilles no MP:** A conselheira Christiane iniciou sua manifestação justificando a apresentação do tema ao plenário, explicando que trouxe a pauta porque, por duas reuniões consecutivas, dentro e fora do âmbito do CERMA, a presidenta abordou o assunto das denúncias feitas contra ela. Pontuou que a situação tem gerado ruídos e dificuldades na convivência entre os conselheiros, criando barreiras de aceitação em um momento em que o Conselho vivencia um período de transição. Relembrou o histórico de convivência de mais de cinco anos com a presidenta, desde sua chegada ao Brasil, e citou trajetórias duradouras de atuação compartilhadas com outros membros da mesa, como o Padre Sales (desde 2003) e Laurette (há 15 anos). Enfatizou que atua no atendimento social há mais de 20 anos motivada por uma vocação pessoal e espiritual decorrente de vivências próprias, destacando que os conselheiros ali presentes atuam por um propósito legítimo, sem intenção de obter vantagens indevidas. Manifestou seu desconforto com o fato de o CERMA ter sua imagem atrelada a situações desagradáveis e episódios de denúncias. Afirmou que também foi procurada para prestar esclarecimentos sobre o caso e defendeu que o órgão precisa enfrentar e resolver essa questão com urgência, considerando a existência de representação e trâmite do processo no Ministério Público. Relatou que foi procurada em sua condição de conselheira por pessoas atendidas pela entidade presidida por Rockymilles (Irmandade Sem Fronteiras), as quais apresentaram reclamatórias que incluem alegações de maus-tratos, expulsão da organização e cobranças indevidas para a confecção de documentos. Esclareceu que orientou as partes denunciantes a buscarem os órgãos de Justiça competentes para a formalização das provas, destacando a participação da servidora Stephanie no acompanhamento dos desdobramentos formais. Afirmou que a manutenção dessas acusações gera um clima de forte desconforto e compromete a imagem institucional do CERMA. Por fim, formulou uma proposta ao plenário: a destituição de toda a diretoria, o afastamento da entidade Irmandade Sem Fronteiras e a destituição da presidenta do cargo enquanto o processo estiver em trâmite no Ministério Público. A presidenta Rockymillys reagiu às declarações afirmando que não teme denúncias e que honra o trabalho de oito anos de sua equipe na pauta migratória. Detalhou que o caso citado envolve o acolhimento emergencial, em dezembro, de uma família com criança — após a mãe perder um bebê — a pedido de órgãos públicos e com acompanhamento do conselheiro Igor, por falta de vagas onde pudessem ficar juntos. Explicou que a família recebeu abrigo na sede da Irmandade Sem Fronteiras, com acesso às chaves e inclusive apoio financeiro no dia 27 de dezembro para seu deslocamento, durante o recesso dos órgãos públicos. Afirmou possuir todas as provas e que as apresentará nos órgãos competentes, como a OAB. Por fim, declarou que seu trabalho independe de cargos no Conselho e colocou-se à disposição caso o plenário decida por sua destituição, rebatendo ainda o tempo de convivência citado pela conselheira Christiane para cerca de três anos e meio. Com a palavra, a suplente Aieda (Irmandade Sem Fronteiras) levantou uma questão de ordem por avaliar que o debate tomou um rumo pessoal, distanciando-se do propósito do Conselho. Defendeu que,

independentemente da existência de denúncias, os trabalhos do CERMA precisam ter continuidade e não podem ser paralisados por desentendimentos individuais. Solicitou expressamente ao secretário Jesus o registro em ata de que conflitos de ordem pessoal estão prejudicando o andamento das pautas do órgão. Por fim, defendeu a união entre secretarias, representantes e conselheiros em prol dos objetivos institucionais e sugeriu que divergências dessa natureza sejam tratadas de forma paralela pela secretaria, sem comprometer a agenda do plenário. Indagada pelo conselheiro Sérgio (IBASER), a presidente Rockymilles respondeu que está ciente da existência da denúncia, com isso dito, o conselheiro Sérgio (IBASER) demonstrou preocupação com o impacto das denúncias trazidas ao plenário, avaliando que a situação gera ruídos e barreiras que travam a continuidade dos trabalhos, sobretudo por envolver a presidência do órgão. Diante do risco de o CERMA "implodir" ou ter suas pautas paralisadas, apresentou uma questão de ordem sugerindo a consulta imediata ao Regimento Interno do Conselho, defendendo que o plenário siga estritamente os procedimentos previstos na legislação do órgão para dar o passo correto e encontrar uma solução adequada para o caso. A presidente Rockymilles destacou que sempre deixou claro que a ciencia da denuncia, inclusive falando sobre ela não ter um local para abrigar migrantes e, quando necessário, abrigando migrantes dentro da sua casa ou na sede da Irmandade Sem Fronteiras para não deixar famílias de migrante na rua. Aline (UTSC) apresentou a leitura do Regimento Interno do CERMA em resposta à consulta solicitada pelos conselheiros. Citou a Seção 1 (Mesa Diretora), Artigo 6º, esclarecendo que a Mesa Diretora poderá ser destituída pelo voto de dois terços dos membros do Conselho caso seja constatada conduta incompatível com o exercício da função ou com os princípios da administração pública, assegurada a ampla defesa. Informou que o plenário procederá com a votação desse ponto para, em seguida, dar o devido encaminhamento aos procedimentos previstos na norma regimental. Com a palavra, Stheffanny (Ministério Público) esclareceu que, embora seu nome tenha sido citado, a denúncia em questão não está em apuração pelo CAOP, mas sim na Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, órgão que possui independência e onde o processo tramita, de modo que não cabe a ela informar o andamento atual. Fez um alerta grave aos conselheiros sobre o cuidado na exposição de informações sensíveis, tanto nas falas de acusação quanto de defesa. Destacou que citar detalhes sobre crianças e pessoas em situação de extrema vulnerabilidade torna as partes identificáveis, mesmo sem a menção direta de nomes, o que pode acarretar problemas jurídicos ainda maiores para os próprios membros do Conselho. Em relação ao Regimento Interno, orientou o plenário a analisar se a denúncia recai sobre a pessoa física ou sobre a instituição, ressaltando que a destituição de um indivíduo do cargo de presidência não implica, necessariamente, a perda da vaga da entidade no CERMA. Pontuou que o Conselho tem a opção de pedir o afastamento da presidência para solicitar informações à Promotoria de Justiça ou prosseguir diretamente com a votação de destituição da forma como foi proposta, estando tudo amparado pelo regimento. Criticou duramente o uso recorrente do CERMA para debates pessoais e demandas individuais das entidades. Lembrou que a falta de construção de uma

Palácio das Araucárias | Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n | Centro Cívico | 80530-915 | Curitiba/PR
www.justica.pr.gov.br

política pública efetiva de abrigamento é o que tem gerado problemas e denúncias para as instituições, e cobrou uma postura ativa da sociedade civil e da Mesa Diretora para movimentar comissões e participar da elaboração do orçamento estadual, alertando que o mandato não pode ser encerrado sem entregas concretas para a pauta migratória. A suplente Aieda (Irmandade Sem Fronteiras) pediu a palavra para pontuar que a denúncia em questão foi direcionada diretamente à pessoa física de Rockymilles. Ponderou que, ainda que os processos sejam públicos, a discussão na plenária extrapolou a esfera pessoal ao expor demandas individuais que não competem ao CERMA, ressaltando que esses limites precisam ser respeitados. Na condição de observadora, avaliou que a falta de consenso e os desentendimentos entre os conselheiros estão travando de forma nítida o avanço das pautas de direito migratório no Conselho. Por isso, manifestou-se favorável a encaminhar a votação conforme solicitado pela conselheira presencial. Lembrou ao plenário que, por estarem na condição de observadoras, nem ela nem Stheffanne possuem direito a voto. Por fim, reforçou o posicionamento trazido pela representante do Ministério Público, orientando os conselheiros a separarem a pessoa física da instituição e do cargo de presidência durante a deliberação, de modo a garantir que a votação ocorra de forma correta e não cause violações internas ao CERMA. Com a palavra, conselheiro Sales (ASSM) comparou o ritmo atual das reuniões ao período em que atuou como observador do CERMA, criticando a longa duração das sessões — que chegam a se estender até as 18h e parecem "defesas de mestrado e doutorado" —, o que compromete seus compromissos, como a celebração de missa em Santa Felicidade. Pontuou que é desnecessário a presidência fazer apreciações, réplicas e tréplicas a cada intervenção dos membros, fazendo com que o plenário fique "arrodeando" em temas sem definição. Questionou a falta de tempo e de estrutura para debates reais de políticas públicas, citando que a Igreja trabalha anualmente pautas comunitárias — como a da moradia neste ano —, mas deixa de trazê-las ao Conselho porque o espaço tem sido dominado pela defesa de interesses e pautas pessoais das instituições. Por fim, defendeu que, diante da denúncia apresentada, não se perca tempo com acusações ou defesas pessoais no plenário, devendo-se proceder imediatamente à votação conforme o Regimento Interno. A presidenta Rockymilles declarou que os conselheiros estavam apenas confirmando uma verdade que ela já vinha sentindo. Afirmou que, por ter honra, dignidade, por não ter feito nada de errado e por não ser "mitômana", pouparia ao plenário o favor de votar contra ela, anunciando sua intenção de renunciar para que o CERMA possa avançar, já que jamais daria um passo atrás no seu trabalho, mas o faria no cargo se estivesse atrapalhando o Conselho. Rebateu as críticas sobre a ausência de pautas lembrando que a cobrança por moradia sempre foi a principal reivindicação trazida por ela e por Laura, ressaltando que o próprio problema da denúncia contra ela decorre justamente da falta de moradia. Listou iniciativas de sua gestão, como as solicitações ao Conselho Tutelar para a presença de intermediários culturais, articulações com a Polícia Federal, propostas de formação para instituições sobre regularização migratória, demandas da saúde e a tentativa de levar as reuniões do CERMA para fora de quatro paredes, ideia que foi votada contra pelas próprias conselheiras.

Palácio das Araucárias | Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n | Centro Cívico | 80530-915 | Curitiba/PR
www.justica.pr.gov.br

Sustentou que não tem lutas contra nenhuma instituição e que sempre buscou ser parceira, garantindo que não acolhe migrantes para fazer nada de errado. Pedindo que não a interrompessem, criticou a exposição de sua imagem e explicou que sua renúncia ocorre porque uma presidência não pode conviver com dúvidas sobre sua idoneidade e porque o Conselho não caminharia com ela no cargo. Por fim, dirigiu-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública da União e aos órgãos de Justiça para deixar registrado que, assim que demonstrar que não fez nada além de estender a mão a uma família de imigrantes — como faz desde 2019 —, agirá para reparar a imagem de seu nome, de sua equipe e de sua organização, alegando ter sido exposta a um escândalo público, a um ato de xenofobia institucional, preconceito e à negação do direito à defesa em âmbito privado. O conselheiro Sérgio pediu a palavra para pontuar que o que as pessoas acham não pode se transformar em verdade, ressaltando que existe uma denúncia contra a presidenta, mas ainda sem nenhuma comprovação na Justiça. Dirigindo-se diretamente a presidente Rockymillys, pediu cuidado com a escolha das palavras e rebateu as acusações de que o plenário teria agido com xenofobia, racismo, machismo ou preconceito. Manifestou-se profundamente ofendido, relatando que sofre racismo na pele todos os dias — como ser perseguido em mercados — e que não pode aceitar ser acusado disso. Ponderou que a fala da presidenta possa ter sido um equívoco de expressão no português ao tentar dizer que estava triste com os presentes, mas pediu expressamente que ela não chame as pessoas de racistas ou xenofóbicas, sobretudo quem vive essas violências no cotidiano. Com a palavra, o conselheiro Mario Igor Shimura (IBASER) pediu a palavra para rejeitar as acusações da presidenta, relembrando o histórico de carinho, cooperação e apoio que sempre esteve à disposição dela. Questionou a generalização feita em plenário e, invocando sua legitimidade étnica como cigano, repudiou veementemente ser rotulado como misógino, racista ou xenófobo, afirmando que sua trajetória de vida é completamente oposta a esses preconceitos. Expressou sua chateação ao ouvir esse tipo de declaração dentro de um conselho que deveria atuar de forma unida e focada. De maneira firme e respeitosa, avaliou que o CERMA não pode continuar da forma como está, defendendo a realização urgente da votação para que o colegiado encontre um caminho resolutivo e possa seguir em frente. Com a palavra, o conselheiro Sales (ASSM) registrou sua fala de protesto contra as declarações da presidenta, rebatendo que no plenário não há condutas de misoginia, xenofobia ou racismo. Enfatizou que a atuação do Conselho e de seus membros é integralmente voltada para a defesa, proteção, integração e celebração da vida da pessoa migrante. Dirigindo-se a Rockymillys, assegurou que não existe nenhuma questão de ordem pessoal contra ela, sua etnia ou sua nacionalidade, reafirmando seu respeito e admiração por sua trajetória. Por fim, defendeu que o foco seja mantido na pauta regimental e que se prossiga imediatamente para a votação que havia sido proposta. Com a palavra, o conselheiro Nefi (Feminny) apresentou-se destacando sua ligação com a pauta por ser filho de mãe boliviana, imigrante no Paraná há mais de 50 anos. Mencionou que, assim como os demais conselheiros e entidades, possui sua própria atuação social voltada a brasileiros e imigrantes — citando ter atendido recentemente famílias cubanas e venezuelanas com alimentos e vestuário —, sem

utilizar o espaço do Conselho para vitimização ou cobrança de ajuda para suas demandas individuais. Defendeu que a função do CERMA é construir políticas públicas, fiscalizar e dar o devido encaminhamento às pautas. Diante da denúncia e do anúncio de renúncia feito pela presidenta, ponderou que a votação perdeu o objeto e sugeriu que o ato da renúncia seja apenas registrado em ata. Por fim, relembrou sua trajetória na ação social em Curitiba e regiões do estado e seu ingresso no colegiado a convite de Christiane. Aline (UTSC) orientou o plenário sobre os procedimentos regimentais cabíveis diante do anúncio de renúncia da presidência. Esclareceu que, para a escolha da nova liderança do Conselho, é necessária a convocação de uma reunião extraordinária por parte dos conselheiros para a realização do pleito. Sugeriu a data de 6 de agosto para a realização da sessão extraordinária e solicitou que o plenário deliberasse sobre a aceitação dessa data, bem como propusesse a definição do horário do encontro. Considerando a renuncia da Presidente, a Secretaria Executiva assumiu o restante da reunião, realizando a votação para o seguimento da reunião ordinária, que foi aprovada por consenso. **7. Análise da utilização das vagas disponibilizadas pela parceria com a Polícia Federal no ano de 2026, com apresentação de relatório consolidado contendo o levantamento das vagas utilizadas por conselheiros(as) de cada entidade integrante do Conselho, visando subsidiar a revisão de distribuição e utilização das vagas:** Jesus (UTSC) deu início ao ponto de pauta proposto pelas conselheiras Laurette (ASHBRA) e Rosane (Cáritas - Palmas), relativo ao balanço da utilização das vagas disponibilizadas no âmbito da parceria com a Polícia Federal, iniciada em 2025. Contextualizou que, desde 2025, a secretaria passou a apresentar dados abertos e consolidados dos relatórios circunstanciados, quando foram registrados cerca de 4.000 atendimentos. Apresentou o levantamento do primeiro semestre de 2026, com dados acumulados até junho, contabilizando um total de 1.686 atendimentos realizados pelas entidades membros do Conselho, sendo 1.493 na categoria geral — abrangendo processos de residência, segunda via e outros encaminhamentos — e 193 voltados especificamente à solicitação e renovação de refúgio, registrando pico de demandas nos meses de abril e maio. No detalhamento dos dados por organização no período, informou que a Irmandade Sem Fronteiras somou 641 atendimentos (75 de refúgio e 566 gerais), o CEIM acumulou 599 registros (101 de refúgio e 498 gerais), a ASHBRA contabilizou 370 demandas (16 de refúgio e 354 gerais) e o CIAMIG registrou 3 atendimentos encaminhados. Com a palavra, Rosane (Cáritas - Palmas) interveio para justificar a solicitação do ponto de pauta, relatando ter enfrentado dúvidas operacionais ao buscar agendamento para uma migrante junto à Polícia Federal. Explicou que, ao não conseguir contato inicial com Jesus, falou com a presidenta Rockymillys, que sugeriu incluir o nome da pessoa na lista da Irmandade Sem Fronteiras, situação que gerou questionamentos sobre os critérios e procedimentos para a divisão das vagas entre os membros do Conselho. Diante do baixo histórico de uso dessas vagas pela maioria dos conselheiros, a conselheira solicitou esclarecimentos detalhados sobre o funcionamento da parceria, questionando a quantidade de agendamentos disponíveis por semana ou mês e o fluxo correto de encaminhamento das demandas para a secretaria. Adicionalmente,

pediu a confirmação sobre a existência de eventuais restrições de nacionalidade no atendimento aos migrantes, ressaltando não se recordar de deliberações anteriores no plenário que tivessem limitado o escopo do acordo com a Polícia Federal a determinados países. O Jesus (UTSC) prestou esclarecimentos à conselheira Rossane sobre o funcionamento e os critérios da parceria entre o CERMA e a Polícia Federal. Explicou que, a partir de novembro de 2025, a Polícia Federal passou a aplicar a "Operação Novo Horizonte", restringindo o atendimento emergencial direto a migrantes oriundos de países com portaria de acolhida humanitária ou em contexto de guerra e graves violações de direitos humanos (como venezuelanos, haitianos, afegãos e sírios). Para nacionalidades fora desse perfil, ressaltou que o CERMA dispõe de um canal de comunicação direto com a Polícia Federal para solicitar avaliações excepcionais, mediante a comprovação de emergência por laudo médico ou outro documento probatório. Sobre a divisão dos agendamentos, frisou que a distribuição das vagas é de competência do próprio plenário do CERMA, e não da Secretaria Técnica. Informou que atualmente o acordo disponibiliza 80 vagas (70 para atendimento geral e 10 para refúgio), destinadas a entidades conselheiras com atuação em Curitiba e Região Metropolitana. Por fim, lembrou que deliberação do ano anterior autoriza entidades sem assento no Conselho a pleitearem acesso ao cota de vagas mediante aprovação do plenário, destacando que a secretaria já recebeu solicitações da Cáritas Curitiba e de representação da comunidade de estudantes e profissionais haitianos para avaliação do colegiado. Com isso, a conselheira Rosane (Cáritas – Palmas) pediu para que a UTSC compartilhe o documento apresentado com os representantes para melhor esclarecimento. Aline (UTSC) também sugeriu a possibilidade de que seja chamado uma reunião extraordinária só para tratar sobre esse assunto, devida a sua importância. Jesus (UTSC) complementou sua exposição defendendo a necessidade de uma reestruturação formal na divisão das vagas da Polícia Federal. Relembrou que a distribuição original previa cotas para a Cáritas Curitiba — que não faz mais parte do arranjo —, ao mesmo tempo em que a conselheira Laurette passou a utilizar o serviço por integrar o Conselho, embora não figurasse no acordo inicial. Diante desse cenário, ressaltou a importância de o plenário deliberar e registrar em ata a quantidade exata de vagas destinadas a cada entidade. Reforçou que a equipe técnica não possui prerrogativa para definir ou limitar o número de encaminhamentos por instituição, cabendo exclusivamente ao Conselho estabelecer tais regras. Aline (UTSC) com a palavra, relembrou aos conselheiros a rotina de envio dos dados para a Polícia Federal, esclarecendo que a lista consolidada é encaminhada semanalmente às terças-feiras pela manhã, com prazo limite até o meio-dia. Para otimizar a gestão das vagas, sugeriu que as entidades enviem suas demandas até a sexta-feira anterior. Explicou que esse prazo viabiliza a verificação de eventuais sobras de vagas na cota semanal, permitindo que a equipe faça o remanejamento do excedente para atender às entidades com maior necessidade acumulada. Com a palavra, a conselheira Rockymillys (Irmandade Sem Fronteiras) ressaltou que esse mesmo tema já foi debatido diversas vezes em reuniões anteriores e lembrou da existência de acordos prévios para auxiliar organizações da sociedade civil não conselheiras que necessitam de suporte com

vagas. Mencionou o atendimento à cidadã argentina — trazido pela conselheira Rossane — para exemplificar a necessidade de identificar cada situação e utilizar o canal humanitário de comunicação com a Polícia Federal. Defendeu que se resgate o que já havia sido pactuado em deliberações passadas: que os conselheiros e entidades responsáveis pela distribuição das vagas sigam o fluxo de trabalho praticado por instituições como o CEIM e a Irmandade Sem Fronteiras. Salientou a importância do envio de relatórios detalhados e depoimentos dos migrantes atendidos confirmando a gratuidade do serviço, prevenindo que acusações de cobrança indevida como as que enfrenta voltem a ocorrer com outras entidades. Por fim, convidou os conselheiros a consultarem as atas anteriores para atualizar os combinados e dar continuidade ao trabalho. Com a palavra, a conselheira Fabricia Pigaiani (Cáritas – Londrina) apresentou uma dúvida pontual sobre o uso da cota de agendamentos, ressaltando que, por atuar em Londrina, recorre diretamente à Polícia Federal de sua região e não utiliza a cota do CERMA em Curitiba. Tendo em vista que a Cáritas possui assento no Conselho por meio de sua representação, questionou a possibilidade de repassar o direito de uso dessas vagas para a Cáritas Curitiba. Argumentou que todas as informações e atuações são compartilhadas internamente pela instituição, sugerindo a cessão da cota regional como alternativa para viabilizar os atendimentos da entidade na capital. Aline (UTSC) esclareceu que não é possível pois, mesmo sendo a mesma entidade, a cadeira da Cáritas Curitiba e da Cáritas Londrina são diferentes, mas essa questão em específico pode ser tratada em uma próxima reunião. Com a palavra, o conselheiro Sérgio (IBASER) sugeriu a Jesus a elaboração de um fluxograma explicativo sobre o funcionamento e o acesso às vagas da Polícia Federal, para divulgação no grupo do Conselho. Argumentou que um esquema passo a passo — detalhando quem tem direito, quem pode e quem não pode solicitar os agendamentos — ajudaria a sanar as dúvidas remanescentes, de forma mais simples e direta do que as explicações em reunião, ainda que o tema já tenha sido debatido e definido em deliberações anteriores. Jesus (UTSC) esclareceu a dúvida apresentada pela conselheira Fabricia, explicando que, para fins de assento no Conselho, as unidades da Cáritas de Curitiba, Londrina e São José são consideradas entidades distintas e independentes. Ressaltou que o CERMA não adota uma cadeira única de representação regional e que, por essa razão, as vagas destinadas à Polícia Federal de Curitiba eram garantidas à Cáritas Curitiba enquanto a unidade local possuía assento próprio no colegiado, não sendo possível a transferência automática da cota entre as diferentes unidades da instituição. Sales (ASSM) O conselheiro Sales relatou uma divergência recente envolvendo o atendimento a uma criança haitiana encaminhada pela assistente social de sua entidade para fins de documentação. Noticiou que a profissional recebeu a informação de que não haveria vagas disponíveis para a instituição, sob a justificativa de que os agendamentos estariam restritos a situações de catástrofes naturais. Diante do entrave e visando agilizar o processo da criança, questionou a negativa lembrando que sua entidade possui assento como conselheira e direito à cota de vagas. Explicou que, para viabilizar o atendimento emergencial do migrante acolhido, precisou recorrer à mediação da conselheira Laurette, que realizou o

encaminhamento do caso pela sua própria organização. Aline (UTSC) prestou esclarecimentos ao Sales sobre o procedimento adotado pela Secretaria Técnica para o recebimento dos nomes. Explicou que, como as vagas foram previamente distribuídas pelo Plenário, caso uma entidade não possua cadeira com cota direta no Conselho, o encaminhamento do migrante precisa ser feito por intermédio de uma das instituições conselheiras que dispõem dessa cota — motivo pelo qual a demanda acabou sendo absorvida pela organização da conselheira Laurette. Enfatizou que a Secretaria não faz a inclusão direta de novos nomes nem tem prerrogativa para distribuir vagas, limitando-se a acatar as deliberações e a lista formulada pelas entidades designadas pelo Pleno. Com a palavra, a conselheira Rockymillys (Irmandade Sem Fronteiras) sugeriu a leitura do acordo original do CERMA, ressaltando que, na gestão de 2022 a pactuação com a Polícia Federal estabelecia o direcionamento de vagas para organizações que comprovassem atuação direta na regularização migratória em Curitiba e Região Metropolitana. Lembrou que, na oportunidade, entidades com o mesmo perfil de atuação recebiam semanalmente o suporte de vagas para os encaminhamentos necessários. A conselheira reforçou que não há qualquer intenção de negar acesso aos agendamentos para as instituições aptas, mas reiterou a exigência acordada pelo plenário: o envio prévio das demandas até sexta-feira acompanhado de relatório circunstanciado e do comprovante assinado pelo migrante atestando a gratuidade do atendimento. Destacou que esse protocolo visa proteger o próprio CERMA, seus conselheiros e a Secretaria Técnica contra suspeitas ou denúncias de cobrança indevida pelos serviços prestados. Jesus (UTSC) apresentou ao plenário o texto da deliberação que regulamenta o acesso extraordinário à cota da Polícia Federal. Explicou que o documento prevê a possibilidade de organizações sem assento no Conselho submeterem pedidos de adesão diretamente à avaliação do colegiado, condicionando a concessão ao crivo do plenário por se tratar de um acordo institucional mantido entre o CERMA e a Polícia Federal. O orador lembrou ainda que o texto já aprovado pelo Conselho resguarda o atendimento prioritário a casos de emergência de saúde, reforçando que essa diretriz foi validada pelo plenário para garantir o encaminhamento imediato nessas situações. A conselheira Christiane (Feminny) apresentou uma dúvida pontual ao plenário sobre o alcance da parceria com o órgão policial. Relatou o caso de uma estudante venezuelana que realizou os trâmites de regularização documental, mas que, ao comparecer presencialmente ao atendimento, foi orientada a procurar o CERMA. Diante da situação vivida pela aluna, questionou aos presentes se a existência do acordo do Conselho com a Polícia Federal em algum momento interfere ou impede que os migrantes realizem o encaminhamento de seus processos diretamente pela via ordinária e individual, expressando o entendimento de que a parceria não deveria limitar essa autonomia. Jesus (UTSC) esclarece que ela não precisa passar pelo CERMA para esse tipo de procedimento, porém, pelo CERMA o processo pode ser agilizado dependendo do caso. O conselheiro Sérgio perguntou se sobra vagas na lista emergencial mandada a Polícia Federal. Jesus (UTSC) esclarece que normalmente os conselheiros preenchem as vagas, principalmente o CEIM que tem um grande número de pessoas atendidas semanalmente. O conselheiro Nefi

Palácio das Araucárias | Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n | Centro Cívico | 80530-915 | Curitiba/PR
www.justica.pr.gov.br

apresentou uma dúvida a Jesus quanto à abrangência do tipo de procedimento coberto pelos agendamentos com o órgão policial. Indagou se a cota disponibilizada pela parceria destina-se exclusivamente ao processo inicial de regularização ou se também pode ser utilizada quando o migrante já está com toda a documentação instruída para o andamento de outros tipos de solicitação. Em resposta à intervenção, Jesus confirmou que o serviço abrange a primeira vez do atendimento, como na solicitação inicial de refúgio. Em resposta, Jesus complementa sobre os procedimentos praticados pela Polícia Federal na Operação Novo Horizonte. Destacou que as regras de restrição do fluxo geral foram estabelecidas diretamente pelo órgão policial, sem ingerência do Conselho na fixação dessas normas. Ressaltou que, mesmo para os migrantes enquadrados no perfil da operação, caso surja uma necessidade emergencial (como demandas graves de saúde), a entidade pode formalizar um ofício ao canal de comunicação entre o CERMA e a Polícia Federal. Explicou que cabe exclusivamente à própria equipe do órgão policial analisar esses pedidos excepcionais e deliberar sobre a concessão do atendimento de urgência. Nefi (Feminny) buscou esclarecer uma situação prática relatada no atendimento a migrantes e que dialoga com o ponto trazido por Christiane. Mencionou casos em que o migrante comparece à Polícia Federal, recebe as orientações, reúne toda a documentação necessária para o seu processo (seja de permanência, nacionalidade ou outro status), mas se depara com agendamentos ordinários no sistema do órgão para prazos extremamente longos. Diante desse gargalo, noticiou que o próprio posto da Polícia Federal orienta o indivíduo a buscar o CERMA para tentar um agendamento mais célere por meio da cota do Conselho. Questionou se essa ponte é válida e se as entidades conselheiras podem orientar os migrantes a recorrerem às vagas do CERMA como alternativa para antecipar o atendimento após a documentação estar devidamente instruída. Aline (UTSC) esclarece que a orientação correta é que procure alguma das instituições presentes no CERMA. Stheffanne Stheffanne alertou sobre falhas e inconsistências na comunicação por parte da Polícia Federal, destacando que o órgão tem orientado incorretamente migrantes a buscarem o CERMA para processos individuais. Destacou que as vagas da cota do Conselho são escassas, não costumam sobrar e que, em episódios anteriores, o próprio posto policial chegou a recusar atendimentos encaminhados pela lista oficial sob a alegação de não preenchimento de requisitos.

Explicou a peculiaridade de Curitiba, sendo a única delegacia do Paraná cujo agendamento via sistema digital não funciona, restringindo os pedidos individuais ao e-mail institucional — canal que também sofre com a falta de retorno, segundo sua experiência própria na regularização de funcionários do INPE. Quanto ao fluxo de refúgio, informou ter recebido o retorno da própria Polícia Federal de que a solicitação deve ser formalizada primeiro via CONARE para posterior encaminhamento à delegacia local, pontuando que o uso de pessoal terceirizado sem o devido treinamento na recepção do órgão tem agravado o repasse de orientações desconexas.Diante do cenário crítico de comunicação e da negativa de listas enviadas pelo Conselho nos últimos meses, defendeu que o CERMA acione o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU). Sugeriu que ambos os órgãos sejam convidados para uma reunião extraordinária, visando

alinhar o posicionamento legal da delegacia, obter suporte técnico-jurídico e estabelecer um fluxo de atendimento eficiente que não sobrecarregue nem desvie as atribuições do Conselho. Matheus (DPE) reforçou o ponto trazido por Stheffanne e informou que a DPE-PR acompanha a problemática da fila de regularização migratória junto à Polícia Federal. Solicitou ao Conselho o compartilhamento de registros e históricos das recusas do órgão policial referente às 70 vagas geridas pelo CERMA.Destacou a importância de documentar os motivos formais apresentados pela Polícia Federal para indeferir ou anular agendamentos encaminhados pelas entidades, permitindo comparar os critérios de avaliação adotados pelo Conselho com as devolutivas da delegacia. Argumentou que esses dados fundamentarão a atuação conjunta da DPE-PR, DPU e MPF no monitoramento e na cobrança do cumprimento do acordo. Por fim, pediu o envio pelo chat dos materiais expostos na reunião para subsidiar o trabalho do Núcleo. Aline (UTSC) prestou esclarecimentos ao assessor Matheus acerca do acompanhamento do fluxo e das devolutivas da Polícia Federal. Explicou que a equipe técnica não possui acesso direto aos registros de indeferimento do órgão policial e ressaltou que, por sua natureza exclusivamente administrativa, a Secretaria não dispõe de prerrogativa para cobrar essas informações diretamente da delegacia.Orientou que cabe ao plenário do CERMA deliberar e formalizar o pedido de dados junto à Polícia Federal. Enfatizou que, assim que essas respostas e relatórios forem encaminhados ao Conselho, a equipe técnica providenciará o repasse do material para que o plenário e os órgãos parceiros realizem a análise do fluxo. O conselheiro Sérgio sugeriu o sobrestamento da deliberação referente à solicitação da Cáritas Curitiba. Argumentou que, devido à ausência de elementos conclusivos no momento para fundamentar uma devolutiva à entidade, o pedido deve ser mantido em pauta para reapreciação após a realização da reunião extraordinária do Conselho, oportunidade em que o colegiado poderá oferecer uma resposta mais robusta, alinhada e aprofundada sobre o tema. Aline colocou em regime de votação os encaminhamentos referentes aos temas discutidos e à reorganização da pauta da sessão. O plenário aprovou por unanimidade a convocação de uma reunião extraordinária específica para tratar dos critérios de distribuição de vagas, devoluções e faltas junto à Polícia Federal.Na sequência, foi aprovado o adiamento do ponto de pauta referente à apresentação das atividades desenvolvidas pela sociedade civil no primeiro trimestre de 2026 para inclusão na próxima reunião ordinária do CERMA. **8 - Aprovação do Plano de Trabalho elaborado pelo IPARDES para a construção do III Plano Estadual de Políticas para Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná:** Jesus apresentou o plano encaminhado ao IPARDS para a construção do plano de trabalho referente à elaboração do 3º Plano Estadual de Políticas para Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, justificando a necessidade em razão do vencimento do segundo plano.Tendo em vista a limitação do tempo da reunião, sugeriu disponibilizar a proposta no grupo do WhatsApp para apreciação dos conselheiros e realização da votação por esse mesmo canal, proposta que recebeu a concordância do plenário. Stheffanne sugeriu que o plano de trabalho elaborado pelo IPARDS seja submetido à análise e discussão da Comissão de Políticas Públicas do CERMA antes de sua deliberação final. Pontuou que a apreciação prévia no âmbito da comissão facilitará o debate, permitindo maturar propostas práticas e organizar sugestões para qualificar a deliberação do plenário. Jesus ponderou sobre a proposta de encaminhar o documento à comissão, ressaltando a urgência de dar um retorno célere ao IPARDS quanto à aprovação do plano de trabalho para dar

Palácio das Araucárias | Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n | Centro Cívico | 80530-915 | Curitiba/PR
www.justica.pr.gov.br

andamento às etapas de elaboração.Concordou em pautar a discussão na próxima reunião da Comissão de Políticas Públicas, mas reforçou que o posicionamento do Conselho sobre a aprovação da proposta precisa ser priorizado para não atrasar os trâmites com o instituto. A conselheira Lenir (SETI) propos a possibilidade de uma reunião extraordinária o mais breve possível para pensar os próximos passos. Encaminhado por consenso para a reunião extraordinária do dia 06 de agosto. **9- Apresentação das atividades desenvolvidas pelos(as) conselheiros(as) representantes da sociedade civil no primeiro trimestre de 2026 pelas entidades que ainda não realizaram sua apresentação.** Aline informou ao plenário que a Comissão de Denúncia e Garantia de Direitos recebeu o relato de um caso de violência contra uma estudante venezuelana de 15 anos, agredida por colegas no município de Cascavel.Diante do ocorrido, passou a palavra para a Dra. Aieda, coordenadora da referida comissão, para que apresente o relato detalhado dos fatos e o parecer elaborado pelo grupo de trabalho. Com a palavra, Aieda apresentou o parecer da Comissão de Denúncia e Garantia de Direitos sobre a agressão sofrida por uma estudante venezuelana de 15 anos por colegas em um colégio público de Cascavel, fato amplamente divulgado na imprensa. Explicou que, embora o CERMA não tenha sido formalmente notificado, a comissão deliberou por tomar providências institucionais para acompanhar o caso.Propos ao plenário a expedição de ofícios à Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR), à Secretaria Municipal de Educação de Cascavel e ao Conselho Tutelar local, solicitando informações sobre as medidas adotadas no âmbito escolar e de proteção à vítima. Destacou que o objetivo da coleta de dados é instruir a atuação do Conselho em conjunto com os órgãos de ensino para combater a xenofobia no ambiente escolar e evitar novas ocorrências. Matheus (DPE) Matheus sugeriu que o CERMA encaminhe o relatório do caso também ao Núcleo da Infância e Juventude (NUCIDH) da Defensoria Pública do Estado. Pontuou que o órgão possui atribuição específica para atuar na proteção de crianças e adolescentes, inclusive migrantes, em situações dessa natureza. Orientou que o Conselho repasse ao Núcleo as informações e os dados preliminares já reunidos sobre a agressão ocorrida em Cascavel, permitindo que a equipe especializada da DPE-PR avalie a viabilidade de intervenção e adote as medidas cabíveis no âmbito de sua competência. Aprovado por consenso o parecer da comissão adicionando acatando a sugestão do conselheiro Matheus de oficiar a Defensoria Pública. **9 – Encerramento:** Por fim, Aline (UTSC) agradeceu a presença de todos (as) e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos do Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA/PR). A presente ata foi lavrada por Gabriel Sakuma.